

DESENVOLVIMENTO X MEIO AMBIENTE NA HISTÓRIA RECENTE DO BRASIL

META

Evidenciar como se deu o processo de industrialização no Brasil, com ênfase para o período do governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) e o Regime Militar (1964-1985) e suas repercussões em Sergipe, relacionando estes fatos no contexto da questão ambiental.

OBJETIVOS

Ao final desta aula, o aluno deverá:

compreender a relação entre o modelo de desenvolvimento econômico vigente no país e a degradação ambiental decorrente de uma pressão crescente sobre os recursos naturais.

PRÉ-REQUISITOS

Ter compreendido o conceito de “Desenvolvimento Sustentável” presente na aula anterior.



(Fonte: <http://www.comercioarturnogueira.com.br>)

INTRODUÇÃO

Caro aluno/ cara aluna, seja bem vindo(a) a mais um encontro onde aprenderemos um pouco mais sobre Natureza e História.

Vimos na aula anterior que a partir da década de 1960 o mundo começou a voltar os olhos mais efetivamente sobre os problemas ambientais. Enquanto isso, no Brasil, todo um projeto nacional de desenvolvimento era executado com o objetivo de tirar o país do atraso econômico gerando emprego e renda para a população.

No entanto, veremos nesta aula que este ímpeto desenvolvimentista custou caro para o país, não apenas no âmbito econômico, mas ambiental e social.



A década de 50, no Brasil, foi marcada por uma política de industrialização em nome do desenvolvimento. Com um slogan de “50 anos em 5”, o governo de Juscelino implantou sua política econômica baseada no desenvolvimento e na modernização. A foto acima mostra a cidade de Brasília sendo construída.

Fonte: <http://www.bh1.com.br>

SOB O SIGNO DO DESENVOLVIMENTISMO: A INDUSTRIALIZAÇÃO NO BRASIL E EM SERGIPE

A atual crise econômica na América Latina foi precedida pelos chamados “anos gloriosos”, um período de elevadas taxas de urbanização e industrialização. O Brasil não é uma exceção nesse contexto. As cidades sofreram, a um só tempo, os problemas dos países desenvolvidos e dos subdesenvolvidos: industrialização dispersa, poluição do ar, da água, agravamento dos problemas de saúde das populações relacionados ao saneamento básico. O debate internacional foi trazido para a perspectiva regional, ao serem apontadas as peculiaridades e dificuldades de compatibilização das políticas ambientais e dos programas de desenvolvimento em países de Terceiro Mundo (Ferreira, 2003).

Vejam, portanto, como se deu o processo de industrialização brasileira e quais foram seus reflexos no estado de Sergipe.

A década de 1950, no Brasil, é marcada por uma política de industrialização em nome do desenvolvimento. O Plano de Metas de Juscelino Kubitschek (1956 – 1961) implementou o maior volume de investimento até então registrados na economia brasileira, tomando por base o “tripé” capital nacional-capital estrangeiro-Estado. Com isso, a taxa de crescimento industrial alcançou patamares notáveis, permitindo a expansão acelerada dos setores de bens de consumo.



Foto do Presidente Juscelino Kubitschek.
(Fonte: <http://images.google.com.br>).

A palavra-chave de todo o processo era industrialização. Com o slogan “50 anos em 5”, o governo juscelinista implantou sua política econômica baseada no desenvolvimento e na modernização, em estreita associação com o capital estrangeiro. A execução do Plano de Metas foi responsável pelo modelo de desenvolvimento industrial que o Brasil passou a adotar, tendo como uma de suas características a penetração e consolidação das

Desenvolvimento dependente

No caso mais extremo, a economia dependente está restrita ao papel de fornecedora de matérias-primas às economias industriais avançadas. E mesmo quando ela não está totalmente limitada a esta função, o mercado internacional restringe drasticamente suas possibilidades de desenvolver a capacidade tecnológica, industrial e financeira necessária ao crescimento autogerado (Fonte: Alves, 1984, p. 20).

empresas multinacionais. Esta abertura ao capital estrangeiro gerou o que Alves (1984) chama de “**desenvolvimento dependente**”.

De fato, esta estratégia do governo JK acentuou a nossa dependência tecnológica do estrangeiro e, por consequência, a dependência econômica. Por sua vez, a dependência econômica gerou a dependência política, uma vez que o capital estrangeiro passou a influenciar nas decisões da política interna.

O governo de JK, através do Plano de Metas, investiu no setor público (construção de estradas, construção de Brasília etc.) e na indústria de base (siderúrgicas, ampliação da Petrobrás, novas usinas hidrelétricas etc.). A partir de então, com a consolidação das empresas multinacionais no Brasil, os setores fundamentais da indústria foram passando para o controle estrangeiro.

Este modelo de desenvolvimento econômico foi retomado com a instalação do regime Militar. Catani (1980) analisa a economia daquele momento, afirmando que o período do chamado “milagre econômico” (1968-1973) caracterizou-se por uma forma de desenvolvimento capitalista que beneficiou o capital monopolista e que exclui as massas populares da esfera dos direitos políticos e econômicos.

O país foi tomado pela euforia desenvolvimentista. Um clima de otimismo invadiu a nação, comparada a um canteiro de obras. Esse ímpeto de tirar o país do atraso econômico perdurou pelos anos seguintes.

Martelavam-se os slogans otimistas, animando, encorajando, em mensagens positivas e ufanistas: pra frente Brasil; Ninguém mais segura este país; Brasil, terra de oportunidades; Brasil, potência emergente. Para os que discordam, a porta de saída: Brasil, ame-o ou deixe-o (Fonte: Reis, 2000, p. 56).

Industrialização era sinônimo de desenvolvimento, sem que houvesse, entretanto, espaço para se pensar em seus impactos sobre o meio ambiente. Foi em meio a este contexto que se realizou em 1972 a Conferência de Estocolmo, na Suécia. Neste importante evento mundial, num clima de discussões acerca da preservação ambiental. A delegação brasileira, tomando uma posição que ganhou repercussão mundial, “defendeu a tese do desenvolvimento econômico a qualquer preço, sem nenhuma restrição, mesmo que fossem restrições de natureza ambiental” (Brunascci e Philippi, 2005, p. 258).

Esta mentalidade também estava bastante enraizada no setor industrial. Exemplo disto consta na Revista do Sindicato Nacional da Indústria do Cimento (SNIC), da qual extraímos algumas considerações acerca da temática de poluição, em voga por ocasião da Conferência de Estocolmo, em 1972:

A campanha contra a indústria, contra a tecnologia contra o progresso, em favor de um possivelmente poético movimento em favor da natureza, surge assim de um fundo eminentemente reacionário que precisa ser conhecido. E um país, como o Brasil que avança em tecnologia, que vence em tempo recorde etapas de desenvolvimento industrial, não pode ficar preso a um falso movimento em defesa da natureza. Porque a verdade é que, na hora da necessidade (do frio, da fome, do desabrigo) é a tecnologia que vem em defesa do homem natural. (Prevenção de acidentes..., 1972, p. 200).

O contexto histórico daquele posicionamento não pode ser desconsiderado, uma vez que o Regime Militar (1964-1985) impusera uma posição “produtivista” que estava implícita na Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento. Alves (1984) explica que este modelo econômico baseava-se na ideia de que um país subdesenvolvido precisa criar condições de investimento – principalmente o estrangeiro –, para acumulação de capital suficiente que desse a “arrancada” do desenvolvimento econômico. Segundo esta autora a doutrina da **ESG**. Estado e Oposição no Brasil (1964-1984). 2ª Ed. Petrópolis: Vozes, 1984, p. 34-35] aceita expressamente a necessidade de sacrificar a geração presente e mesmo sucessivas gerações como preço da rápida acumulação de capital.



Logomarca da Escola Superior de Guerra.
(Fonte: <http://images.google.com.br>).

Vemos, a partir desses fatos, que a posição do governo brasileiro durante o período ditatorial, notadamente no chamado “milagre econômico”, foi reflexo da política desenvolvimentista implementada pelo Regime Militar. Este “desenvolvimento a qualquer preço” criou a falsa impressão de progresso, agravando os problemas sociais, urbanos e ambientais e dilapidando os recursos naturais que deveriam estar a serviço do bem-estar da coletividade (Lago e Pádua, 1985).

ESG

Os preceitos do manual básico da Escola Superior de Guerra (ESG) tiveram influência decisiva na consolidação da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento. A doutrina da escola evoluiu de uma definição de segurança interna e externa para uma visão mais abrangente da segurança nacional integrada ao desenvolvimento econômico. (Cf. ALVES, Maria Helena M.

Para incrementar o crescimento industrial desejado, o ministro Delfim Netto estabeleceu um amplo sistema de incentivos fiscais para beneficiar o investimento em áreas cruciais para o plano de desenvolvimento do governo, principalmente na região amazônica, planícies centrais e Nordeste.

Sergipe parece não ter sido suficientemente beneficiado pela política de industrialização do Nordeste, ao menos inicialmente.

No entanto, Sergipe já possuía uma política de incentivos fiscais visando o desenvolvimento industrial. No âmbito estadual, a Lei nº 43 de 10 de junho de 1948, regulamentada pelo Decreto nº 61 de 6 de dezembro de 1948, estabelecia prazos de isenção de impostos para novas indústrias a serem instaladas no Estado (Instituto, 1986).

O governo da capital também isenta de impostos municipais novas indústrias instaladas em Aracaju, através da Lei Municipal nº 56 de 30 de novembro de 1955 (Instituto, 1986). No final da década de 1960, o governo de Sergipe criou órgãos de assessoramento e planejamento industrial, com vistas à modernização e ao reaquecimento das atividades comerciais e industriais no Estado.

Como consequência destas ações, o parque industrial sergipano passa a ser gradativamente ampliado, especialmente com a implantação do Distrito Industrial de Aracaju (DIA). Data deste período – 1967 – a instalação da Companhia de Cimento Portland de Sergipe S.A. (CCPS), certamente beneficiada pela política de isenção de impostos, especialmente por se tratar de uma indústria sem similar no Estado naquele momento.

Já contando com o apoio da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), temos, a partir da década de 1970, a intensificação da industrialização no Estado, notadamente na área cimenteira.

No entanto, apesar do desenvolvimento decorrente do processo de industrialização, ocorre em Sergipe o reflexo do que se deu no cenário nacional, ou seja, o crescimento econômico não trouxe equidade de benefícios para a sociedade.

Sendo assim, percebemos que o desenvolvimento industrial no Brasil, notadamente a partir da década de 1950, foi fortemente marcado pelo modelo econômico baseado no desenvolvimento. A ideia de progresso, tão enraizada no governo militar, trouxe consequências que perduram até os dias atuais, a exemplo do aumento das desigualdades sociais e da degradação ambiental decorrente das atividades industriais.

O NACIONAL DESENVOLVIMENTISMO

O perfil desenvolvimentista de Juscelino configurou-se bem cedo, quando ainda era prefeito de Belo Horizonte e, depois, governador de Minas Gerais. Mas foi em sua campanha à presidência da República e, sobretudo, durante sua administração que o desenvolvimentismo ou nacional-desenvolvimentismo se consolidou como um estilo de governo e como um projeto social e político para o Brasil, cujos traços essenciais eram o compromisso com a democracia e com a intensificação do desenvolvimento industrial de tipo capitalista.

Durante a campanha presidencial, Juscelino percorreu o país com as estatísticas da produção de energia elétrica e transporte. Frisava a necessidade de uma ampliação drástica desses setores, caso o Brasil desejasse dar um salto em sua produção industrial e integrar o bloco dos então qualificados “países desenvolvidos”. Seu slogan da campanha, “cinquenta anos em cinco”, sintetizava seu objetivo maior: acelerar o desenvolvimento nacional. Era um slogan bastante sugestivo, pois prometia realizar em um ano de mandato, então de cinco anos, o que levaria muito mais tempo. E, como observou um influente político do período, José Joffily, essa “linguagem do desenvolvimento”, matizada por números, metas e estatísticas, não fazia parte do estilo da época. Não esteve presente, por exemplo, nas duas campanhas presidenciais que antecederam a de JK, isto é, as de Dutra e Vargas (Moreira, 1998^a, p. 159). O programa de governo JK assumiu integralmente a “linguagem do desenvolvimento”. Mais conhecido como Plano de Metas, o programa era, na realidade, um documento essencialmente econômico. Dividia-se em 30 metas, distribuídas entre os setores de energia (metas 1 a 5), transporte (metas 6 a 12), alimentação (metas 13 a 18), indústria de base (metas 19 a 29) e educação (meta 30). A construção de Brasília só foi incorporada ao Plano de Metas durante a campanha presidencial, mas rapidamente se transformou em uma das prioridades de Juscelino. Ele situava Brasília, aliás, em lugar de destaque, considerando-a “a grande meta de integração nacional” ou, ainda, a “meta-síntese” de sua administração.

Tomado em conjunto, o Plano de Metas visava aprofundar o processo de industrialização. Incentivava, por um lado, os investimentos privados de capital nacional e estrangeiro, procurando ampliar o parque industrial. Por outro lado, atacava os pontos de estrangulamento da economia, isto é, os problemas estruturais que impediam o incremento industrial, prevendo grandes investimentos estatais na infra-estrutura nacional (Lafer, 1970, p. 78).

Tão marcante quanto à linguagem desenvolvimentista de JK foi sua

atuação como presidente da República. Ao contrário da prática de alguns candidatos a cargos da administração pública, que assumem compromissos e metas depois não cumprem, ou até mesmo realizam coisas muito diversas daquelas prometidas, Juscelino implementou passo a passo seu programa de governo, então considerado bastante ambicioso tendo em vista as condições nacionais. As principais avaliações de sua administração são uníssonas em afirmar que a realização do Plano de Metas foi coroada de sucesso (Lafer, 1970; Benevides, 1979; Maranhão, 1985; Skidmore, 1979).

De fato, o êxito na implementação do Plano de Metas foi inegável. As metas de energia e transporte, investimentos em infra-estrutura considerados indispensáveis ao aprofundamento da industrialização, alcançaram resultados notáveis. Enquanto o plano previa a pavimentação asfáltica de 5.000Km de rodovias (meta 8) e a construção de 12.000 Km (meta 9), em 1960 os resultados já tinham superado o previsto, pois foram construídos 14.970 Km e pavimentados 6.202 Km. No caso de energia elétrica (meta 1), indicava-se a elevação da potência instalada de 3 milhões de kW para 5 milhões. E, em 1960, 95,40% da meta haviam sido alcançados. A meta 27 estabelecia a implantação da indústria automobilística com capacidade de produção de 170.000 veículos, entre caminhões e automóveis. Em 1960, os resultados do setor eram surpreendentes. A capacidade instalada permitia a superação da meta fixada em 17,2% (Faro & Silva, p. 62-66).

No conjunto, a ampliação do parque industrial multiplicou os empregos para os trabalhadores urbanos e ofertou, às camadas médias, novos produtos de consumo, antes pouco acessíveis, pois caros e obtidos pela via da importação. Juscelino, por sua vez, tirou todos os proveitos políticos da execução do Plano de Metas. Visitava os canteiros de obras e, pessoalmente, inaugurava hidrelétrica e novas estradas, dirigindo modelos de veículos produzidos pela indústria automobilística instalada no país. E, para fechar com chave de ouro sua administração, inaugurou com todas as pompas Brasília, no Planalto Central, em 21 de abril de 1960. Aliás, passou a faixa presidencial a Jânio Quadros em solenidade realizada na nova capital modernista, sempre tida como uma meta delirante do presidente e impossível de ser realizada no prazo determinado.

O sucesso de Juscelino em implementar as muitas e ambiciosas metas de seu plano de governo não passou despercebido. Em 1961, uma pesquisa do Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE) buscou avaliar o quanto a população notou a intensificação do desenvolvimento promovida no quinquênio JK. Realizada na Guanabara, a pesquisa apresentou números significativos: 80% da população pesquisada afirmou que “o presidente Juscelino acelerou

de fato o desenvolvimento do país”, contra 12% que discordavam dessa opinião e outros 8% que não sabiam opinar sobre o assunto (Moreira, 1998^a, p. 86).

Para muitos contemporâneos de JK, aliás, o impressionante desenvolvimento econômico justificava considerar o projeto nacional-desenvolvimentista como a “revolução industrial brasileira”. Contudo, o modelo de industrialização adotado por JK, à parte certa especificidade, baseado na maior presença do capital estrangeiro, não era algo novo no Brasil. Ao contrário, o mesmo padrão já estava claramente em andamento pelo menos desde o Estado Novo. Realizava-se, além disso, graças ao apoio político do Estado, no sentido de promover a produção interna de industrializados, que eram mais frequentemente importados pelo país. Eis porque tal modelo recebeu a alcunha de “industrialização substitutiva de importações” (Singer, 1984, p. 214). Tal industrialização também não se esgotou com o encerramento do governo JK ou com o fim da experiência democrática, pois no regime autoritário iniciado em 1964 o modelo recobrou o fôlego, sendo, inclusive, aprofundado (Singer, 1984, p. 225).

MOREIRA, Vânia Maria Losada. Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento oligárquico in: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org). O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. (O Brasil contemporâneo, v.3), p. 159-161.

AS ORIGENS DOMÉSTICAS DO MILAGRE ECONÔMICO: AS REFORMAS CONSERVADORAS DE CAMPOS E BULHÕES

No dia 11 de abril de 1964, o Congresso Nacional, sob a tutela do Ato Institucional nº 1, elegeu o chefe do Estado-Maior do Exército, general Humberto de Alencar Castelo Branco, como presidente da República. Com a posse do novo governo em 15 de abril, Octavio Gouvêa de Bulhões foi indicado para montar a equipe econômica e escolheu nomes que participavam e um grupo que mantinha constantes contatos, através de conversas sistemáticas sobre a economia brasileira ou pela colaboração em outros governos em cargos técnicos do Banco do Brasil. A equipe foi completada com a nomeação de Roberto Campos para o Ministério do Planejamento; ainda que não pertencesse ao grupo mais próximo de Bulhões, campos defendia idéias similares e viria a trabalhar completamente integrado à

equipe do Ministério da Fazenda.

A nova equipe econômica deu prioridade à luta para reverter a tendência de contínuo aumento da taxa de inflação que se vinha manifestando desde o início da década. A primeira medida foi tentar reduzir o déficit público, com o envio ao Congresso de um novo orçamento que entraria em vigor imediatamente, redefinindo despesas para o ano corrente de 1964. Em agosto, foi divulgado o principal documento de estratégia econômica do governo Castelo Branco: o Plano de Ação Econômico do Governo (Paeg). Este definia como principal objetivo, para o biênio 1965-1966, acelerar o ritmo de desenvolvimento econômico do país e conter progressivamente o processo inflacionário para alcançar um razoável equilíbrio de preços em 1966. O objetivo do Paeg de acelerar crescimento e simultaneamente reduzir a inflação deve ser entendido no âmbito do diagnóstico que os autores do Plano faziam da crise brasileira. Estes entendiam que a causa maior da estagnação era o recrudescimento do processo inflacionário a partir de 1959, o qual, acelerando-se no período recente, ameaçava levar o país a uma hiperinflação. Portanto, superando os problemas que levaram ao descontrole dos preços, seria possível criar as condições para a retomada do desenvolvimento.

A NECESSIDADE POLÍTICA DO CRESCIMENTO ECONÔMICO

A expressão “milagre econômico” foi usada pela primeira vez em relação à Alemanha Ocidental. A rapidez da recuperação desse país na década de 1950 foi tão inesperada que muitos analistas passaram a chamar o fenômeno de “milagre alemão”. A expressão foi posteriormente repetida para o crescimento japonês na década de 1960. Finalmente, na década de 1970, a expressão “milagre brasileiro” passou a ser usada como sinônimo do boom econômico observado desde 1968 – e também como instrumento de propaganda do governo.

O novo presidente da República, o general Arthur da Costa e Silva, assumiu o governo em março de 1967, nomeando Defim Netto para ministro da Fazenda e Hélio Beltrão para ministro do Planejamento. O novo ministério assumiu em um quadro recessivo, fruto da política antiinflacionária do governo anterior, e suas primeiras medidas pareciam ser uma continuidade das políticas anteriores, em que a redução do papel do setor público e o aumento da participação do setor privado eram aspectos considerados prioritários. No entanto, as condições políticas internas – em especial o crescimento de movimentos de oposição no âmbito interno – recomendavam uma maior preocupação com a retomada do crescimento. A existência de capacidade produtiva ociosa e o amplo espaço aberto pelas reformas institucionais e pelas condições internacionais para aumento do gasto público permitiram pensar em uma nova

política econômica que alterasse as prioridades – como reconhecido no Plano Estratégico de Desenvolvimento (PED), que previa um crescimento da ordem de 6% ao ano.



Foto do Presidente General Arthur da Costa e Silva.
(Fonte: <http://images.google.com.br>).

A entrada em vigor da nova Constituição e a primeira sucessão do regime militar significavam a institucionalização da nova ordem. No plano político, buscava-se encontrar mecanismos de legitimação que ultrapassasse o argumento, que se desgastava rapidamente, de que o regime era necessário para completar o processo de restabelecimento da ordem econômica e política ameaçada. A manutenção da política de ajuste econômico do governo Castelo Branco não se coadunava com as expectativas de crescimento e as demandas pelo restabelecimento da ordem democrática que começavam a ganhar força na sociedade.

CRESCIMENTO ECONOMICO SEM EQUIDADE

Durante o governo Médici, a busca de legitimidade deslocou-se definitivamente do plano político para o plano econômico. A ideia de que estava em processo a construção de um “Brasil Potência” passou a constituir a base da propaganda do governo e o fundamento de sua legitimidade. Nas palavras de Fernando Henrique Cardoso: “O regime passou a desejar medir-se pela eficiência mais do que por qualquer outro critério e antes pela eficiência econômica do que por seus acertos em quaisquer outros terrenos” (Cardoso, 1975, p. 291).



Foto do Presidente Fernando Henrique Cardoso.
(Fonte: <http://images.google.com.br>).

Portanto, críticas quanto à estratégia de desenvolvimento econômico tinham uma importância que transcendia o mero debate acadêmico. Foi justamente a divulgação dos dados do censo de 1970 que permitiu a constatação de que a distribuição de renda tinha piorado no Brasil na década de 1960, mostrando um ponto fraco nos sólidos resultados econômicos divulgados pelo governo. Este ponto será o principal elemento a partir do qual os economistas de oposição fizeram a crítica do modelo econômico brasileiro.

PRADO, Luiz Carlos Delorme e EARP, Fábio Sá. O “milagre” brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967-1973) in: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org). O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. (O Brasil Republicano, v.4), p. 213-228.

CONCLUSÃO

Querido aluno/ aluna, vimos nesta aula que o ímpeto desenvolvimentista iniciado no governo JK e retomado pela Ditadura Militar não atendeu às reais necessidades do país. As medidas implementadas durante este período trouxeram como consequências um nível de endividamento do país sem precedentes, além de gerar mais pressão sobre os recursos naturais, e mais ainda: não reduziu a desigualdade social no Brasil.

RESUMO



O processo de expansão da industrialização brasileira se deu sob o signo do “desenvolvimento”. Expressão que denota a busca prioritária por desenvolver o país retirando-o do atraso econômico. Este processo, que teve reflexos na economia sergipana, além de ter ampliado a dependência econômica e tecnológica junto ao capital estrangeiro, acentuou a concentração de renda e aumentou sobremaneira a exploração dos recursos naturais do país.

ATIVIDADES



Participe do fórum que será criado na plataforma. Você deve postar sua participação associando o desenvolvimentismo dos governos JK e da Ditadura Militar, com o atual modelo de desenvolvimento. Aponte aproximações e diferenças.

PRÓXIMA AULA

História ambiental: desafios na pesquisa e no ensino.



REFERÊNCIAS

- ALVES, Maria Helena M. **Estado e Oposição no Brasil (1964 – 1984)**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1984.
- BRUNACCI, Attilio; PHILIPPI, Arlindo. Dimensão Humana do Desenvolvimento Sustentável. In: PHILIPPI Jr., PELICIONI, Maria Cecília. (editores). **Educação Ambiental e Sustentabilidade**. Barueri, SP: Manole, 2005. p. 257-283.
- CATANI, Afrânio Mendes. **O que é Capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- FERREIRA, L. C. Desenvolvimento, Sustentabilidade e Políticas Públicas. In: **A Questão Ambiental – sustentabilidade e políticas públicas no Brasil**. São Paulo, Bomtempo Editorial, 2003, p. 101-109.
- LAGO, Antônio; PÁDUA, José Augusto. **O que é Ecologia**. São Paulo: Abril Cultural, 1985. (Coleção Primeiros Passos)
- MOREIRA, Vânia Maria Losada. Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento oligárquico in: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org). **O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p. 159-161. (O Brasil contemporâneo, v.3).
- PRADO, Luiz Carlos Delorme; EARP, Fábio Sá. O “milagre” brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967-1973) in: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org). **O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 213-228. (O Brasil Republicano, v.4),
- REIS, Daniel Aarão. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.